



GRUPO DE REVISÃO DA IMPLEMENTAÇÃO  
DE CÚPULAS (GRIC)  
Primeira Reunião Ordinária de 2025  
20 de fevereiro de 2025  
Washington, D.C., Estados Unidos

OEA/Ser.E  
GRIC/O.1/inf.53/25  
10 fevereiro 2025  
Original: espanhol

## DOCUMENTO CONCEITUAL

Décima Cúpula das Américas  
República Dominicana, 2025

“Construindo um Hemisfério seguro, sustentável e de prosperidade compartilhada”

*(Apresentado pela Presidência do GRIC)*

### I. Introdução

Em dezembro deste ano, a República Dominicana sediará a Décima Cúpula das Américas. Este conclave dos primeiros mandatários será o cenário para a discussão de temas de alta relevância para o Hemisfério, seus países e a cidadania da região, bem como para o acordo de compromissos e ações que posicionem as Américas como um Hemisfério seguro, sustentável e de prosperidade compartilhada.

A República Dominicana reitera seu agradecimento a todos os países participantes no Processo de Cúpulas que depositaram confiança em nós para a organização desta importante iniciativa. Somos conscientes de que a única maneira de alcançar o êxito a que aspiramos é assegurando a valiosa participação de todos e de cada um dos países.

A Cúpula das Américas, desde sua primeira edição em 1994, conseguiu converter-se em um espaço importante para a geração de consensos hemisféricos. Até aquele ano, o mecanismo de diálogo de maior alcance para a região tinha sede na Organização dos Estados Americanos (OEA) no nível de embaixadores e ocasionalmente de chanceleres. As cúpulas anteriores a 1994 estão longe no tempo: a de Cidade do Panamá, Panamá, em 1956 e a de Punta del Este, Uruguai, em 1967.

A Cúpula das Américas é a instância mais formalizada e sistemática de diálogo hemisférico. Até esta data, foram realizadas 11 reuniões de cúpula, nove regulares e duas especiais: Miami, 1994; Santa Cruz de la Sierra, 1996; Santiago, 1998; Quebec, 2001; Monterrey, 2004; Mar del Plata, 2005; Port of Spain, 2009; Cartagena de Índias, 2012; Cidade do Panamá, 2015; Lima, 2018; e Los Angeles, 2022.

No âmbito do Processo de Cúpulas das Américas, surgiram importantes contribuições para o Sistema Interamericano, como a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), lançada na Cúpula de Santiago, da mesma forma que a

Carta Democrática Interamericana na Cúpula de Quebec e o Programa Interamericano de Dados Abertos para Prevenir e Combater a Corrupção (PIDA) na Cúpula de Lima.

Reconhecida como uma Zona de Paz pela ausência de conflitos armados entre países, a região tem um longo histórico de busca da integração e de cooperação e trabalho coordenado no enfrentamento dos desafios comuns. No mundo de hoje, só é possível responder efetivamente aos principais desafios enfrentados pela sociedade global por meio do multilateralismo, da cooperação e da integração. As grandes disrupções que estão transformando o mundo são de natureza global e nenhum país do mundo pode enfrentá-las de forma isolada ou separada da comunidade de países. Da mesma maneira, os estreitos vínculos entre nossos países determinam que não é possível caminhar de maneira firme para uma prosperidade compartilhada, com mais oportunidades para mais gente, a não ser por meio do diálogo e da cooperação hemisférica.

Os países do Hemisfério estão conscientes de que a tarefa envolve não só os governos, mas também o setor privado, a sociedade civil e os organismos multilaterais de desenvolvimento, todos eles atores fundamentais na consolidação das Américas como um hemisfério onde a prosperidade, a segurança humana e o manejo sustentável de seus abundantes recursos ambientais sejam possíveis.

A Décima Cúpula das Américas, voltada para a construção de um hemisfério seguro, sustentável e de prosperidade compartilhada, será o conclave em que se reconhecerá que não é possível o desenvolvimento nem o alcance de níveis maiores de bem-estar sem se contar com seguranças básicas garantidas por políticas públicas que posicionem o ser humano no centro da ação pública.

A República Dominicana assume o compromisso de trabalhar com uma visão hemisférica e em estreita coordenação e colaboração com os atores-chaves para identificar oportunidades na formulação e implementação de políticas públicas e programas de investimento e cooperação, públicos e privados, capazes de responder aos múltiplos desafios, sistêmicos ou alguns mais conjunturais, enfrentados pela região.

A Décima Cúpula das Américas, cuja realização está prevista para dezembro de 2025, é uma oportunidade de retomada do caminho para os consensos, o fortalecimento das parcerias hemisféricas e o avanço para o Hemisfério que queremos.

## II. O contexto atual: um tema de inflexão

As Américas, da mesma forma que o restante do mundo, vive tempos de incertezas e desafios geopolíticos, socioeconômicos e ambientais que requerem ações urgentes para garantir a segurança humana em múltiplas dimensões. A aceleração da industrialização da região, combinando o investimento de capitais locais e estrangeiros como base para impulsionar o crescimento econômico, gerar mais oportunidades para as pessoas e criar empregos de melhor qualidade, é uma tarefa urgente.

Ninguém põe em dúvida os níveis de crescimento alcançados por muitos de nossos países. Não obstante, isso não permitiu a redução da lacuna requerida para a superação dos níveis de pobreza que impactam importantes setores sociais. Por suas profundas desigualdades socioeconômicas, a América Latina e o Caribe têm níveis de pobreza e pobreza extrema que atingem 27,3% e 10,6% da população,

respectivamente,<sup>1/</sup> e uma mobilidade social limitada devido às limitações no acesso à educação, saúde, nutrição e emprego. A pobreza e a insegurança seguem inter-relacionadas, uma realidade que merece urgente atenção.

Essas condições, além de produzir desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais, impedem uma coesão maior e configuram entornos propícios ao surgimento e à proliferação de dinâmicas de insegurança humana e cidadã e de criminalidade organizada. Apesar de responder somente por 8% da população mundial, a América Latina e o Caribe têm 30% global da taxa de homicídios violentos em contextos em que não existem nem conflitos interestatais nem guerras civis.

O impacto da pobreza e da violência incide na estabilidade regional ao limitar a capacidade dos governos de responder de forma efetiva, e se possível conjunta, às ameaças do crime organizado. Segundo dados fornecidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a violência custa à América Latina 3,44% do produto interno bruto regional,<sup>2/</sup> valor semelhante à nossa despesa total em infraestrutura.

O enfrentamento e a redução da migração, da insegurança cidadã e da violência e o combate ao crime transnacional passam pela retomada do caminho do desenvolvimento sustentável e da aceleração de ações para que a população perceba os benefícios do crescimento econômico, do Estado de direito e da democracia.

Os eventos climáticos extremos impactam diretamente a vida das pessoas, incidindo de forma interconectada na segurança humana e cidadã, na saúde e na segurança hídrica, alimentar e energética. O aumento das chuvas e das temperaturas mais quentes criam condições propícias para a proliferação de vetores de doenças, disseminando doenças como o dengue, a malária e a zika.

Aqueles eventos meteorológicos alteram os padrões de disponibilidade de água, acarretando secas e a consequente diminuição das reservas de água doce, o que por sua vez repercute na agricultura, na segurança alimentar, na segurança hídrica e na segurança energética. Desastres naturais como inundações, furacões, tufões, tornados, tormentas elétricas, erosão e incêndios florestais, também relacionados com o aumento da temperatura, ameaçam as práticas produtivas, especialmente agrícolas, limitando as possibilidades econômicas e impactando o meio ambiente, a saúde e a mobilidade humana.

Às causas tradicionais de migração, historicamente relacionadas com crises sociais, econômicas ou políticas, se somam importantes fluxos de deslocamento relacionados com eventos climáticos extremos e destruição de florestas, zonas agrícolas, de pecuária ou de pesca. Somado a isso, a mobilidade humana é influenciada pela disponibilidade de alimentos e água. O aumento da seca e a erosão dos solos reduzem a capacidade de produção de alimentos e aumentam o estresse hídrico, além de impactar a geração de energia de fontes renováveis como a hidrelétrica. Essas condições geram ameaças existenciais à vida dos seres humanos e à estabilidade e à legitimidade dos governos, que devem enfrentar esses desafios com escassos recursos.

Os pontos fracos da região são muitos, da mesma forma que seus pontos fortes. O continente americano tem uma superfície de mais de 42 milhões de quilômetros quadrados e é reconhecido por seus vastos recursos naturais, resultado de sua grande diversidade geográfica e de ecossistemas.

---

1. CEPAL, 2024.

2. Disponível em <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/altos-custos-do-crime-pesam-sobre-america-latina-e-o-caribe>.

Considerados em seu conjunto, os países da América Latina e do Caribe mostraram-se relativamente resilientes à crescente incerteza que afeta a economia mundial; é igualmente reconhecida a liderança econômica global dos Estados Unidos e seu predomínio sobre as tecnologias da quarta revolução industrial, bem como a riqueza natural e o amplo desenvolvimento do Canadá.

Nas últimas décadas, o aumento do investimento privado em áreas vitais para o desenvolvimento da região, incluindo as de comércio, infraestrutura e conectividade, e o desenvolvimento da pequena e média indústria tiveram um impacto significativo nas economias do Hemisfério, na criação de emprego e de oportunidades e na redução da pobreza. Os esforços envidados na consolidação da democracia e da governança, bem como no combate à corrupção e ao respeito ao Estado de direito, são amplamente reconhecidos.

A região continua em seus esforços para alcançar uma maior integração regional para, por meio dela, fazer crescer de maneira sustentada suas economias, intercambiar conhecimentos, incentivar a inovação, aumentar a coesão social e enfrentar desafios compartilhados, entre os quais aqueles relativos à segurança cidadã, aos efeitos da mudança do clima, à insegurança alimentar e às crises sanitárias. Um trabalho coordenado permitirá às nações implementarem soluções mais efetivas e sustentáveis garantindo a resiliência a longo prazo.

### III. Afiançar Seguranças no Hemisfério das Américas

*“Sem segurança não há desenvolvimento”  
Luis Abinader, Presidente da República Dominicana, 2023*

#### A segurança humana como ponto de partida

Em um mundo marcado por turbulências e incertezas, a Décima Cúpula das Américas pode fazer uma diferença significativa ao defender com força a necessidade de se construir seguranças. A segurança, pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável, proporciona o entorno necessário para as pessoas viverem com dignidade, liberdade e oportunidades de crescimento – em seu sentido mais amplo, a segurança como elemento fundamental para se alcançar um desenvolvimento centrado nas pessoas e no bem-estar humano, na equidade, nos direitos, na inclusão e no respeito à natureza, e onde os desenvolvimentos científicos e tecnológicos contribuam para o desenvolvimento sustentável e a prosperidade compartilhada.

A segurança cidadã é uma dimensão central da segurança humana, fundamental para a convivência, porque enfatiza as pessoas como o objeto das políticas públicas que processam os temas de segurança. Mas, para lá das visões convencionais de segurança nacional, que têm por objeto a preservação do Estado, seu território, suas competências e suas instituições, na segurança cidadã a preocupação central das políticas públicas são as condições sociais e normativas que vale garantir a relação social das pessoas e das comunidades, bem como sua preservação e seu bem-estar.

Um ambiente seguro é indispensável para atrair investimentos, facilitar o comércio e promover a criação de empregos. A segurança cidadã reduz a violência e o crime, o que permite viver sem medo e participarem ativamente da sociedade. Em resumo, a segurança em todas as suas dimensões é um componente vital para o desenvolvimento sustentável. Sem ela, é impossível alcançar-se um progresso equitativo e duradouro que beneficie toda a sociedade.

### Uma parceria hemisférica sólida orientada para a ação e resultados tangíveis

Consciente dos desafios encarados pela região em matéria de segurança e construindo sobre as oportunidades e os pontos fortes existentes nos países das Américas em seu conjunto, a República Dominicana, como país anfitrião da Décima Cúpula, identificou a necessidade imperiosa da abertura de novos debates e da reorientação de outros já iniciados sobre temas relacionados com a segurança humana entendida em suas distintas dimensões, a saber:

#### *1. Segurança cidadã*

A insegurança cidadã e comunitária é, sem dúvida, a dimensão mais premente. Em todos os países da região, sem exceção, a insegurança cidadã e comunitária é um dos problemas mais devastadores das Américas, afetando milhões de pessoas em sua vida cotidiana. O crime organizado, incluindo o narcotráfico, a tráfico de pessoas e o tráfico de armas, desempenha um papel significativo na insegurança cidadã e comunitária na região. As organizações criminosas que operam em grande escala e no nível internacional solapam a segurança do Estado e o Estado de direito. Atuam em contextos de fraqueza institucional e vulnerabilidade dos organismos policiais e militares e dos sistemas de justiça.

A insegurança tem um impacto econômico e social significativo na região. O roubo, o vandalismo e a extorsão podem levar a uma diminuição do investimento e afetar negativamente o clima de negócios. O constante temor de se tornar vítima da criminalidade tem um efeito corrosivo no tecido social e na saúde mental dos cidadãos. A desconfiança em relação aos demais e às autoridades, o estresse pós-traumático e outros problemas de saúde mental são padrões comuns em comunidades afetadas por altos níveis de insegurança. Os custos associados com a atenção médica para as vítimas da violência e o fortalecimento das medidas de segurança representam uma carga considerável para as economias locais e nacionais.

Frente a esses desafios, o Hemisfério desenvolveu ingentes esforços. No âmbito do Processo de Cúpulas das Américas, desde seus inícios ocorreram importantes reflexões sobre o tema da segurança refletidas em diversos mandatos adotados.<sup>3/</sup> Na mesma linha, as delegações dos Estados membros da OEA, reunidas em Antígua, Guatemala, em 2013, no Quadragésimo Terceiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, aprovaram a Declaração de Antígua, Guatemala “Por uma política integral frente ao problema mundial das drogas nas Américas”.<sup>4/</sup> A Assembleia Geral das Nações Unidas, em seu trigésimo período extraordinário de sessões, aprovou uma resolução conjunta no documento de compromisso “Nosso compromisso conjunto de abordar e neutralizar eficazmente o problema mundial das drogas”.<sup>5/</sup>

As lacunas sociais do Hemisfério, em particular, a falta de oportunidades, são um dos principais fatores que contribuem para a insegurança cidadã nas Américas. A falta de oportunidades trabalhistas e educativas, junto com a pobreza extrema, favorece a criminalidade e a emigração. Muitas pessoas

---

3. Mandatos da Cúpula das Américas em matéria de segurança disponíveis em espanhol em [https://www.summit-americas.org/sisca/sec\\_sp.html](https://www.summit-americas.org/sisca/sec_sp.html)

4. Disponível em [https://www.oas.org/pt/centro\\_midia/nota\\_imprensa.asp?sCodigo=PG-010](https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=PG-010)

5. Disponível em espanhol em [https://www.unodc.org/documents/colombia/2016/abril/UNGASS\\_DOCUMENTO\\_FINAL\\_2016.pdf](https://www.unodc.org/documents/colombia/2016/abril/UNGASS_DOCUMENTO_FINAL_2016.pdf)

jovens são empurradas para atividades primordialmente ilícitas e/ou para abandonar seus países e comunidades de origem como forma de sobrevivência.

Os fluxos migratórios irregulares nas Américas obedecem primordialmente a causas econômicas, ambientais e políticas. Não obstante, o consenso atual sobre o tema identificou vários desafios, entre eles as capacidades governamentais de controle das fronteiras.

Urge encontrar modelos alternativos para melhorar a segurança cidadã. A natureza transnacional do crime organizado requer uma cooperação estreita entre os países das Américas. O intercâmbio de informações, a coordenação de esforços e o apoio às ações conjuntas de redução da criminalidade são vitais. A criação de redes de vigilância vicinais, programas de mentoria para jovens em risco e atividades que fomentem a coesão social podem contribuir para um entorno mais seguro.

Os organismos multilaterais de financiamento para o desenvolvimento da região, por meio de múltiplos programas orientados para o fortalecimento da segurança cidadã e comunitária que visam a redução do crime, propõem ações para a geração de espaços seguros e livres de medo, entre as quais se destacam a promoção de políticas de prevenção do delito e da violência para reduzir os eventos criminais e do uso de dados e informações para a tomada de decisões. Essas iniciativas implementadas em diferentes países da região com o uso de instrumentos financeiros de crédito, cooperação não reembolsável, assistência técnica e a cooperação sul-sul, e com o apoio de governos, empresas do setor privado e organizações comunitárias, estão modelando soluções que acarretam mudanças e geram lições e aprendizagens que podem ajudar a região a encontrar novos modelos eficazes de fortalecer a segurança nos territórios e nas comunidades mais vulneráveis.

A Cúpula das Américas poderia ser a ocasião para a criação de uma *Plataforma Hemisférica de Ação para a Segurança Cidadã e Comunitária*. Seu objetivo seria a construção de uma agenda compartilhada e ações coordenadas entre os governos do Hemisfério, os organismos multilaterais e os atores do setor privado e da sociedade civil na busca de uma resposta programática e de investimento de maior escala, capaz de provocar mudanças positivas e tangíveis para os países e seus cidadãos. Tratar-se-ia de uma iniciativa financeira e de capacidades à altura do desafio enfrentado pelos países do Hemisfério na segurança cidadã e comunitária.

## 2. Segurança alimentar

Existe uma estreita relação entre a insegurança alimentar, a falta de oportunidades e o crime: os três impulsionam dramaticamente a migração. Por isso, urge pensar em medidas que permitam de alguma forma melhorar a disponibilidade e a qualidade de alimentos, pois a fome é um obstáculo importante à geração de oportunidades de mobilidade social e redução da incidência do crime.

No cenário regional atual, é preocupante que 74% dos países da América Latina e do Caribe sejam muito vulneráveis a eventos climáticos extremos que impactam sua segurança alimentar.<sup>6/</sup> Isso implica a necessidade urgente de se robustecer os mecanismos de produção e distribuição de alimentos que impeçam a expansão do aumento da fome na região.

---

6. Disponível em <https://www.paho.org/pt/noticias/27-1-2025-novo-relatorio-da-onu-74-dos-paises-da-america-latina-e-do-caribe-tem-alta>

A América Latina e o Caribe exportam um quarto de toda sua produção agrícola, e estima-se que gerará aproximadamente 25% das exportações agrícolas e de pesca de todo o planeta até 2028,<sup>7/</sup> o que nos posiciona como uma potência exportadora das commodities que respondem em grande medida pela segurança alimentar do mundo. Além disso, segundo dados fornecidos pelo Foro Econômico Mundial, nossa região tem o maior potencial agrícola e de disponibilidade de água per capita do planeta, pois, ocupando somente 15% da superfície da Terra, recebemos 29% de toda a precipitação e temos 40% da água doce.<sup>8/</sup>

Fazem-se grandes e múltiplos esforços na região para garantir à população o acesso a uma alimentação nutritiva oportuna e suficiente. Não obstante, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 37,5% da população da região enfrenta insegurança alimentar moderada ou grave. Em uma região exportadora líquida de alimentos, 43 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe padecem fome. A insegurança alimentar da região está quase 8 pontos percentuais acima do nível mundial.

Essa carência afeta de maneira desigual os distintos grupos, sendo os mais vulneráveis as mulheres e os habitantes das zonas rurais, onde se produz a maior parte dos alimentos. As dificuldades de acesso aos alimentos resultam das desigualdades econômicas e, sobretudo, dos altos níveis de pobreza e pobreza extrema presentes na região.

A par da insegurança alimentar e da malnutrição, o crescente sobrepeso e a obesidade e suas consequências na saúde das pessoas, somando-se à perda e ao desperdício de alimentos, continuam sendo um desafio para a região.

A agricultura deve potencializar seu papel ao abordar desafios-chaves, como a luta contra a pobreza, a erradicação da fome e a melhoria da nutrição, ao mesmo tempo em que enfrenta eventos climáticos extremos, a perda de biodiversidade, a contaminação e a desertificação. Embora se reconheça que não existe uma solução única para os desafios da agricultura e dos sistemas alimentares, é imperativo apoiar os países para melhorarem sua capacidade de produção e comercialização de alimentos.

Em vista da interação dinâmica entre a agricultura e o comércio alimentar no nível mundial, reconhecemos a interdependência dos países se para alcançar a segurança alimentar e a nutrição, a inocuidade dos alimentos e a sustentabilidade mediante políticas comerciais abertas compatíveis com as normas internacionais estabelecidas. Mesmo reconhecendo-se a importância da produção nacional, a diversificação da oferta internacional, regional e local também é uma forma importante de fortalecer a resiliência das cadeias mundiais de fornecimento de alimentos às perturbações externas.

O mundo produz alimento suficiente para erradicar a fome e a malnutrição. Coletivamente, o Hemisfério dispõe de conhecimento, tecnologia e recursos para derrotar a fome e a pobreza. Necessitamos de mais vontade política para criar as condições capazes de ampliar o acesso a alimentos oportunos, saudáveis e suficientes a toda a população do Hemisfério. Esses desafios sem precedentes exigem um compromisso maior e mais efetivo, financiamento e ações em todos os níveis, bem como políticas sólidas para fomentar sistemas alimentares mais incluídos, saudáveis e sustentáveis.

---

7. Disponível em <https://www.fao.org/americas/news/news-detail/FAO-OECD-Latin-America-and-the-Caribbean-will-account-for-25-of-global-agricultural-and-fisheries-exports-by-2028/pt>

8. Disponível em inglês em <https://www.weforum.org/stories/2024/01/latin-america-solution-food-insecurity/>

Um exemplo louvável do que podemos construir é a Parceria Global contra o Fome e a Pobreza,<sup>9/</sup> lançada na cúpula do G-20 do Rio de Janeiro em 2024, que conta com a adesão de mais de 80 países —inclusive um número importante de países das Américas— e organismos multilaterais de desenvolvimento, por se tratar de uma resposta na busca da aceleração de esforços para a erradicação da fome e da pobreza, da redução das desigualdades e da revitalização de parcerias globais para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

### 3. *Segurança energética*

Na exposição em que nos encontramos a eventos climáticos extremos, a segurança energética implica a capacidade de garantir um fornecimento constante, confiável e sustentável de energia que atenda às necessidades da sociedade, ao mesmo tempo em que se mitigam os riscos associados a crises geopolíticas, flutuações de mercado e eventos climáticos extremos.

Nas Américas, a segurança energética adquire importância estratégica devido à riqueza em recursos naturais, como petróleo, gás natural e energias renováveis, que posicionam a região como um ator-chave no mundo. Além disso, nossa região possui dois terços das reservas globais de lítio e 40% do cobre, elementos essenciais da crescente indústria de fabricação de baterias.

Essa abundância coexiste com desafios significativos, entre os quais aqueles de diversificar as fontes energéticas e garantir um acesso equitativo aos serviços básicos. Isso demanda um enfoque coordenado que integre políticas energéticas, estratégias de adaptação e mitigação da mudança do clima, resiliência das cadeias de fornecimento de energia limpa e medidas para reduzir as desigualdades internas no acesso à energia.

A integração energética regional é fundamental para a segurança energética no Hemisfério. Na América Latina e no Caribe, iniciativas como o Sistema de Interconexão Elétrica da América Central (SIEPAC)<sup>10/</sup> demonstraram o potencial da cooperação para fortalecer o fornecimento elétrico e melhorar sua eficiência.

Os eventos climáticos extremos são uma das principais ameaças para a segurança energética no Hemisfério ocidental, impactando tanto a infraestrutura como a prestação de serviços. Os furacões, as secas e as inundações demonstraram sua capacidade de interromper os serviços elétricos, da geração à distribuição. Na América Latina, as secas prolongadas reduziram a capacidade de geração hidrelétrica, uma das principais fontes de energia em países como Brasil, Equador e Paraguai. A isso se somam as altas temperaturas que afetam as redes elétricas e aumentam o consumo energético em setores críticos como a refrigeração e a agricultura.

A vulnerabilidade da infraestrutura energética diante desses eventos manifesta a necessidade de investimentos em resiliência climática. Isso inclui o fortalecimento das redes elétricas, a diversificação das fontes de geração e a montagem de sistemas descentralizados que reduzam a dependência de infraestruturas centralizadas e vulneráveis. Projetos como os sistemas de microrredes,

---

9. Disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/07/autoridades-internacionais-endossam-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza>

10. Disponível em espanhol em [https://crie.org.gt/wp/wp-content/uploads/2013/12/resumen\\_del\\_diseno\\_general\\_del\\_mer\\_rii\\_v3.pdf](https://crie.org.gt/wp/wp-content/uploads/2013/12/resumen_del_diseno_general_del_mer_rii_v3.pdf)



já implementados em algumas partes do Caribe, são um exemplo de como a tecnologia pode mitigar esses riscos e garantir um fornecimento estável frente a crises climáticas.

As lacunas no acesso à energia são um desafio persistente na América Latina e no Caribe. Segundo dados recentes, mais de 20 milhões de pessoas na região não têm acesso à eletricidade, situação que afeta desproporcionalmente as comunidades rurais e marginalizadas. Isso não só contribui para a perpetuação de ciclos de pobreza, mas também limitam o desenvolvimento econômico e social dos países afetados.

#### 4. *Segurança hídrica*

A segurança hídrica consiste em a possibilidade de se ter acesso à água, em quantidade e qualidade adequadas para o sustento humano, a saúde e o desenvolvimento socioeconômico, considerando-se as distintas condições dos ecossistemas e desenvolvendo-se a resiliência frente a ameaças como seca, cheias e contaminação.

A segurança hídrica é uma preocupação relativamente nova que adquiriu grande relevância devido aos efeitos combinados de dois fatores: gestão deficiente das águas disponíveis e acesso extremamente desigual ao recurso.

Com 45% dos recursos hídricos do mundo, o Hemisfério viu seu desenvolvimento impulsionado inadvertidamente pela água. Considerada em seu conjunto, a região da América Latina e do Caribe é a mais rica do mundo em recursos hídricos; no entanto, em razão de sua distribuição desigual em diferentes ecossistemas, é imperativa a busca do uso sustentável do recurso para preservar sua existência. A garantia da segurança hídrica passa pela ampliação e pelo fortalecimento de iniciativas que protejam as bacias hidrográficas promovendo o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis.

A Décima Cúpula das Américas pode desempenhar um papel importante no avanço e acordo de ações conjuntas para ampliar e fortalecer iniciativas como os Fundos de Água, que buscam proteger as bacias hidrográficas promovendo o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis. Eles se definem como mecanismos financeiros e de governança especialmente desenhados para a conservação e a restauração dos ecossistemas fundamentais para o abastecimento de água.

Como aponta o Banco Mundial em seu último relatório sobre a importância da gestão da água,<sup>11</sup> entender a água como um recurso estratégico, finito e carente de uma gestão apoiada por uma boa infraestrutura consciente do entorno, ajudará os governos a definirem políticas melhores e a colaborarem com diferentes setores, convictos da necessidade de exercerem práticas sustentáveis.

Além disso, não podemos conceber a segurança hídrica, nem garanti-la, sem considerar propostas do resgate das bacias, sobretudo daquelas que abastecem diversos países, impondo-se que se repense um quadro normativo para regular o uso compartilhado sustentável da água.

Os rios muitas vezes servem de fronteiras nacionais, pelo que sua proteção e regulamentação de uso compartilhado não só é vital para garantir a disponibilidade do recurso, mas também para evitar

---

11. Disponível em <https://documents1.worldbank.org/curated/en/09945010322231166/pdf/P1668950059b6e0af0bc670ffe759af1487.pdf>

reivindicações de soberania ou de segurança nacional em casos dos rios que se fazem demarcações fronteiriças.

#### Avançar nas seguranças

Viver em entornos seguros e ter acesso a alimentos saudáveis, água e energia são fatores críticos para se impulsionar o desenvolvimento de nossas economias. Da mesma maneira, aproveitar as oportunidades supõe o acesso a serviços de educação e saúde de qualidade, a moradia adequada e a entornos naturais saudáveis. As políticas públicas devem ser capazes de contribuir para se alcançar esses objetivos, facilitando o investimento privado e a transformação produtiva e impulsionando o investimento público em infraestruturas econômicas e em serviços sociais básicos.

Esta época, dominada por fortes tendências à mudança que não partem de consensos generalizados, caracteriza-se por incertezas que, sem qualquer dúvida, perturbam as aspirações de se viver em segurança. Os resultados desta Cúpula, passando por alto pelos temas que nos distanciam, pode oferecer um exemplo de como a cooperação é um instrumento eficaz para maior aproximação, criação de confiança e relaxamento das tensões.

As Américas precisam perseguir mudanças profundas e tangíveis, e com sentido de urgência, para poderem alcançar efetivamente a prosperidade e o desenvolvimento sustentável em um clima de segurança. Além disso, é necessário fortalecer mecanismos sólidos de cooperação e seguimento da implementação dos acordos adotados entre todos os atores participantes.

A cooperação, a coordenação e o trabalho conjuntos entre as agências multilaterais de desenvolvimento e os governos na busca da ampliação da dimensão e da sustentabilidade no tempo das iniciativas desenvolvidas na região são fundamentais. O fortalecimento e a expansão de iniciativas e parcerias público-privadas, com a inclusão da sociedade civil e das comunidades, serão algumas das metas a serem estabelecidas para o enfrentamento, em escala proporcional, dos desafios da região.

A Décima Cúpula das Américas é uma oportunidade de valor incalculável para o fortalecimento da cooperação hemisférica, a garantia da paz e o avanço rumo à integração regional pela qual tanto trabalhamos.